O TRABALHO PT

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 5,00 | nº 890 – de 27 de setembro a 14 de outubro 2021

NAS RUAS: VAMOS EXPULSAR O VÍRUS DO PLANALTO!

07 DE SETEMBRO: Ato pelo fim do governo Bolsonaro no Vale do Anhangabaú-SP

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA
Em debate: a crise das instituições e a Constituinte
pág.5

LUTA DE CLASSE
Derrotar a PEC 32
pág.6

HISTÓRIA
Setembro 1938: a fundação da 4ª Internacional
pág.10

INTERNACIONAL
O drama dos imigrantes na fronteira México-EUA
pág.11

Nossa esperança é a nossa luta

JR do PT sai com gás da plenária nacional

No dia 11 de setembro a Juventude Revolução do PT realizou sua plenária com delegados eleitos e convidados de núcleos em vários estados. Uma coisa boa foi o formato híbrido, o que permitiu que algumas delegações se reunissem num espaço presencial nos municípios, para acompanharem juntos a transmissão.

No centro do debate esteve a continuidade da luta por um futuro digno para a juventude que hoje é sufocada na crise que o governo genocida alimenta. Jovens vêm se expressando nas ruas em protestos desde maio exigindo melhores condições de vida e o fim do governo. Ajudar esse movimento alimentando lutas concretas em cada cidade foi a principal decisão da plenária (íntegra das resoluções no site www.juventuderevolucao.com.br).

Várias pautas como a defesa do ensino presencial (matéria abaixo) e experiências como panfletagens, oficinas e outros eventos, foram trocadas pelos delegados nos grupos de discussão.

Empregos com direitos! Basta de genocídio!

Os jovens estão à mercê do desemprego e sem acesso a equipamentos de cultura e lazer. A redução de direitos trabalhistas e a uberização, ou seja, emprego sem direitos. Em muitos lugares a presença do Estado só se vê nas viaturas da polícia militar o que tem aumentado o genocídio da juventude negra. Basta disso!

No núcleo de Ocidental, cidade do entorno do Distrito Federal, a jovem Analú relatou que a violência é um dos principais problemas que o núcleo enfrenta. O caso de um jovem negro que foi abordado pela Polícia Militar numa praça enquanto apenas manobrava sua bike foi lembrado. Ela disse: *"A luta pelo fim dessa violência policial é essencial para discutirmos um futuro com emprego e educação no bairro"*. O núcleo realizou um ato nessa praça com pautas locais e por Fora Bolsonaro no último mês.

Militantes do núcleo da JR do Gama (DF) reuniram-se presencialmente para participar da plenária híbrida

Pra estudar e trabalhar, o busão tem que rodar

A questão do transporte apareceu ligada aos problemas da juventude em vários aspectos, seja no retorno presencial das aulas, seja na possibilidade de acessar cultura e lazer, seja na busca por emprego digno. No geral, prefeituras e governos aproveitaram a pandemia para reduzir as frotas. A bandeira da ampliação de linhas apareceu em várias cidades. A jovem Naomi de Joinville/SC afirmou: *"Discutimos no nosso núcleo que é preciso ampliar os horários do transporte público para a retomada do ensino presencial. Decidimos realizar um abaixo assinado junto aos estudantes para exigir essa pauta da prefeitura"*. A luta por passe livre também é uma pauta quente que pode ser levada a frente como fez o núcleo de Maceió recentemente.

Seguir lutando por Fora Bolsonaro e seus generais

No diálogo com os jovens no dia a dia vê-se que as principais demandas são bloqueadas por esse governo genocida que afunda o país na crise. A saída dessa situação não virá do Congresso, nem do judiciário que não querem tirar Bolsonaro, são cúmplices, mesmo que às vezes briguem.

É na luta cotidiana em cada bairro, escolas e universidades que se deve mobilizar e ampliar a força da juventude e do povo para ocupar as ruas e derrubar o genocida e seus generais para abrir uma saída política em meio a crise institucional. Com esse sentimento e muita disposição os núcleos mobilizam para reuniões amplas e presenciais para prestar contas da plenária e continuar a batalha. Como disse Karolayne de Alagoas *"Esperar o tempo passar não nos leva a lugar nenhum. A nossa esperança é a nossa luta"*.

Katrina

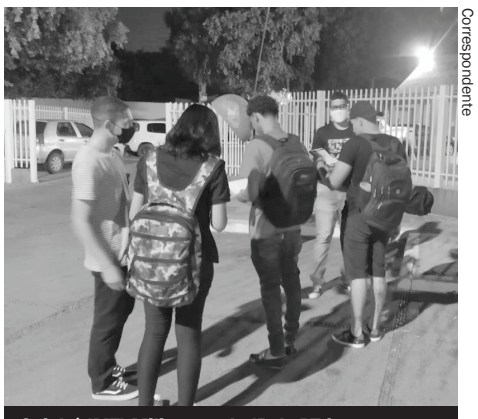
Queremos estudar!

O que está em jogo na volta às aulas presenciais?

Com a pandemia, governantes fecharam lojas, bares, estádios, escolas, entre outros espaços. Com o tempo, autorizaram reabrir vários deles, menos a vida escolar da juventude brasileira, que continuou até pouco tempo com escolas fechadas e sem aulas. Agora, vários estados e municípios voltam às aulas presenciais e os governantes, responsáveis pelas medidas necessárias, se esquivam do que devem fazer e, pior ainda, se aproveitam da pandemia para acelerar a destruição da educação pública.

Os serviços públicos, já sufocados com o teto de gastos, viram reduzir mais ainda as verbas e profissionais. O genocida do Bolsonaro deixou perder a validade vacinas, testes para Covid e medicamentos num galpão em Guarulhos (SP) e jogou fora R$ 243 milhões que poderiam ser usados, por exemplo, na volta às aulas presenciais e outras áreas (ver pag.9). É um criminoso!

As escolas fechadas há mais de um ano e meio, refletem diretamente na evasão escolar. Só em São Paulo, 670 mil alunos ficaram sem estudar, em Alagoas, o número chegou a 35 mil, no Rio de Janeiro, segundo boletim da secretaria de educação, o ensino médio foi o que teve maior número de evasão. Estamos falando de uma geração que teve seu direito à educação negado. Especialistas dizem que levariam 10 anos para mudar o déficit deixado pela evasão.


Correspondente
Cuiabá (MT) Militantes da JR do PT fazem panfletagem contra fechamento de escola e convocam o 2 de outubro

O que fazer?

O ensino público e presencial de qualidade é um direito da juventude. A ausência dele impede o acesso ao conhecimento científico e cultural da humanidade, nega o direito de gerações a terem uma profissão, destrói a perspectiva de futuro de milhões de jovens. Por isso que a luta organizada não pode parar e as aulas presenciais tem que voltar com adoção de medidas concretas que são de responsabilidade dos governos.

Para ajudar a enfrentar essa situação, a JRdoPT, em sua plenária nacional, fez do tema educação um dos pontos centrais.

Os debates nos grupos refletiam a indignação e a vontade de lutar. Um jovem disse "queremos estudar! Nesse tempo todo fora da escola, não aprendemos quase nada. A internet trava, a aula cai, tem barulho, tem tudo. É preciso defender o retorno das aulas com segurança, para que a gente possa estudar". O ensino remoto não garante qualidade e é muito precário, ainda mais com os cortes nas verbas da educação como fez Bolsonaro. Assim, os alunos mais pobres, sem estudar, ficam sem merenda e, sem perspectivas, viram alvos fáceis para a violência policial e para o tráfico de drogas.

Outra jovem disse "tenho mais medo de pegar o vírus nos ônibus lotados do que na escola". A falta de plano para retomada das aulas presenciais é notória. Os transportes públicos tiveram frotas reduzidas e, agora na volta presencial, não aumentaram.

Os debates na plenária indicaram retomar as mobilizações pelas lutas concretas em cada bairro, escola e universidade e exigir medidas de governos e prefeituras como estruturas nas salas, abertura de concursos etc. Um núcleo já mobiliza reivindicando mais linhas e horários de ônibus, outro na luta pelo passe livre. Cada local discutindo e organizando a resistência é combustível na luta para derrubar Bolsonaro e seus generais.

É urgente a defesa do retorno das aulas presenciais, pois, o que está em jogo é o direito à educação de qualidade e um futuro digno para juventude brasileira.

Jeffei

Não tem acerto!

Depois que Bolsonaro escancarou no ato da Avenida Paulista em 7 de setembro seu verdadeiro e único objetivo, as forças que o criou entraram em campo para colocar panos quentes. Dispensa comentário a crença de que Temer, que sentou na cadeira da presidência por um golpe, esteja preocupado com a democracia. Dispensa comentário a tolerância das instituições diante da fala do presidente, instituições que bancaram o impeachment sem crime.

O pessoal de cima sempre tenta se acertar quando os de baixo começam a gritar. Neste caso fazendo crer ser possível conviver com o governo Bolsonaro e estancar os ataques aos direitos e à democracia que se aprofundam neste país desde 2016. E os de baixo começaram a gritar. Não por questões abstratas, não em defesa destas instituições cada vez mais desacreditadas, mas como resultado das condições dramáticas que o povo vive.

Ninguém aguenta mais! Ninguém se engana mais! Com este governo não dá!

Acertos entre as instituições podem acomodar os que no andar de cima mantém e aumentam seus lucros, seus privilégios e fazem seus banquetes, mas o povo sente as agruras que passa.

Mais de dois milhões de família foram jogadas à situação de miséria nesses quase dois anos de governo. Menos emprego, menos salários e menos direitos assombram a classe trabalhadora. Menos educação e mais obscurantismo jogam o país num pântano. Mais privatizações e menos soberania nacional. Menos serviços públicos e mais privilégio para as castas do judiciário e mais benefícios para militares e policiais, enquanto o povo padece no abandono. A proposta de Emenda Constitucional da reforma administrativa (PEC 32) em tramitação no Congresso está aí para provar.

FORA BOLSONARO, PELAS DEMANDAS DO POVO TRABALHADOR

Mas a resistência dos trabalhadores, em particular dos três níveis do serviço público, contra a PEC 32, também está aí para mostrar o caminho. É lutar, é resistir para derrotar o governo e sua política, que aliás é apoiada por muitos do que hoje se mostram avexados com o projeto de imperador que criaram.

Uma reflexão se impõe. Como chegamos até aqui? Chegamos porque o caminho traçado pelas instituições, hoje em crise, tem uma única rota: preservar os interesses das classes dominantes e a subjugação do país aos interesses do imperialismo. Esta reflexão o Diálogo e Ação Petista se propõe a fazer, no ciclo de debates a ser lançado em 9 de outubro: "a crise das instituições e a Constituinte Soberana". Discussão que caminha com a ação direta na luta da classe trabalhadora que precisa ser reforçada e ampliada, "agindo como o PT agia". O que nos guia não é o calendário eleitoral, mas a necessidades prementes do povo.

O próximo 2 de outubro por "Fora Bolsonaro e seus generais", que será bem mais fortalecido se Lula se fizer presente, deve ser preparado nas fábricas, nos bairros, nas escolas e todos os locais de trabalho. Ok, todos que são por "Fora Bolsonaro" tem seu lugar. O nosso é levantar as demandas do povo que movem a luta pelo fim deste governo: emprego com direitos, moradia, fim da fome, educação e saúde públicas, soberania nacional. Tudo que os governos pós golpe de 2016 estão atacando e que para retomar, exige uma verdadeira ruptura com o estado de exceção instalado com o golpe e com as forças e partidos que o sustentaram.

Acabar com este governo, o quanto antes melhor, é a vacina contra a peste que contamina o Palácio do Planalto e impõe o sofrimento ao povo.

NOTAS

Mais aumento na cesta básica

O custo médio da cesta básica em agosto teve alta em 13 das 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os maiores aumentos foram em Campo Grande (3,48%), Belo Horizonte (2,45%) e Brasília (2,10%). A cesta mais cara é a de Porto Alegre que custa R$ 664,67. A de São Paulo ficou em R$ 650,50.

Entre os produtos que puxaram a alta no custo está o café, o açúcar e o litro do leite integral. Em Brasília, a cesta básica já acumula alta de 34,13% em relação a agosto de 2020 e custa, hoje, R$ 594,59. Na comparação com agosto do ano passado, o conjunto básico de alimentos teve elevação nos preços em todas as capitais pesquisadas.

Greves para manter direitos

As greves no primeiro semestre ratificam uma tendência nos últimos anos, das chamadas paralisações defensivas, deflagradas por descumprimento de acordo ou por manutenção de direitos. Segundo levantamento divulgado pelo Dieese, 92% das greves "incluíram itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações". As reivindicações mais frequentes foram sobre salários atrasados, além de férias e 13º: 42% do total. Em seguida, com 28%, estava a exigência de melhores condições de segurança, principalmente no aspecto sanitário. O Dieese acompanhou 366 paralisações de janeiro a junho, sendo a maior parte (69%) no setor privado, com predominância do setor de serviço.

Bolsonaristas e trabalho escravo

Empresários do agronegócio que financiaram as manifestações pró-Bolsonaro em Brasília no 7 de setembro estão por trás de trabalho escravo, crimes ambientais, violência contra camponeses e lobby com parlamentares. Entre eles estavam os da Dez Alimentos, de Morrinhos (GO), uma das maiores processadoras de tomate do Brasil. O dono Paulo César Chiari e seus sócios foram processados há nove anos por submeterem trabalhadores rurais à condição análoga à escravidão. A empresa é acusada de explorar 143 trabalhadores nessas condições. Conforme o Ministério Público do Trabalho, trabalhadores rurais da empresa eram arregimentados na região de Centralina (MG) por agenciadores de mão de obra, comumente chamados de "gatos".

Memória

EM CRISE, DITADURA MANTÉM ARROCHO SALARIAL

A rejeição do Decreto-lei 2024 pelo Congresso Nacional, na metade da semana passada, despertou a atenção de milhões de trabalhadores em todo o país. Afinal, não é comum ver o governo dos militares engasgando os seus pacotes de arrocho e miséria. (...) o Congresso também pode derrubar o sinistro Decreto-lei 2045 (que é o decreto do arrocho em vigor até julho de 1985, quando terá provocado um estrago de 60% no valor dos salários). Muito bem. Mas já está aí o ministro do Planejamento, Delfim Netto, afirmando: "Se for derrotado o 2045, tomaremos outras medidas para produzir os mesmos resultados". Então as pessoas se perguntam: que poder real tem o Congresso Nacional para impedir a aplicação dos planos do FMI?

O TRABALHO
A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores
FMI, fora daqui
• Secretário de Reagan exige que o governo brasileiro faça aprovar o Decreto-Lei 2045
• Delfim Netto, capacho do FMI, promete: se cair o decreto do arrocho, coloca outro no lugar
• Jair Meneguelli, coordenador da CUT: "Greve Geral no dia 25 contra qualquer decreto que nos atacar".
Dirigentes estudantis ligados ao Partido Comunista Brasileiro abrem o jogo:
Querem dividir a UNE
pg. 9

O Trabalho nº 218 – 29/9/1983

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique

Lula deve protagonizar o Fora Bolsonaro

Um sinal de que a luta é prá valer

Site PT

O povo brasileiro não merece esse governo de destruição até 2023. É o que motiva desde maio os atos de rua por Fora Bolsonaro.

A maior liderança popular do país, Lula, deveria ser protagonista nesta mobilização para elevá-la a um patamar superior.

Em junho Lula estava em dúvida de ir a um ato na avenida Paulista, a imprensa deu e ele próprio mencionou no Diretório Nacional. Estivemos entre os que defenderam a presença também no último DN, dia 11 de setembro (Lula ausente).

O argumento sanitário, com todos os cuidados adotados, não é mais proibitivo. O argumento da "politização" dos atos, a esta altura, depois que Bolsonaro e os aspirantes à "terceira via" foram a atos se promover, não tem sentido.

Lula foi, em certo momento, nos atos do Fora Collor (1992) e do Fora Temer (2017). Por que não iria agora?

Desde o tempo dos atos das Diretas Já (1984), sabemos a importância da presença das maiores lideranças – na época, Lula e Brizola – junto aos partidos, sindicatos e movimentos. É o normal quando se trata como hoje da questão de "que governo", pois na tribuna se apresentam caminhos para realizar as aspirações populares de que são depositárias as lideranças. Aí se mostra na mobilização a relação de forças das alternativas.

No dia 7 Bolsonaro mostrou tudo o que tem, para continuar. A "terceira via" mostrou dia 12 que não tem massas, nem vontade de construir uma saída (impeachment ou outra) – ambos esperam 2022. Lula, sim, junto a uma mobilização mais ampla mostrará a força para construir o Fora Bolsonaro.

Anunciar a presença de Lula nos atos é um sinal de que é pra valer, para as entidades e a opinião pública em geral, é uma mensagem aos milhares de ativistas e estruturas do PT e partidos de esquerda que, na falta dele, estranho a esta altura, seriam levados à uma preparação administrativa das eleições de 2022. Lula deve ser o candidato do Fora Bolsonaro, o que antes, melhor!

Markus Sokol

QUANDO A JPT CONVIDOU LULA

Em 16 de junho, a Juventude do PT (JPT) em reunião de sua Executiva, tirou uma Carta à juventude brasileira convocando-a a sair às ruas e convidando Lula a se somar aos atos:

"Compreendendo a importância desse momento e sabendo que sua história nos inspira a lutar mais ainda, nós, da JPT, queremos convidar nosso Presidente Lula a estar conosco nos atos do dia 19. Sabemos de todas as dificuldades, mas estar nas ruas ao lado do maior militante e expoente político desse país somente reforça a defesa do povo brasileiro contra o genocídio que ocorre no Brasil."

A mobilização em parte espontânea da juventude tinha surpreendido na primeira jornada nacional presencial em 29 de maio, mas lotar as ruas era fundamental para o objetivo político, não específico da juventude, por isso, esse convite para a segunda jornada.

Duas horas após a reunião noturna que aprovou a Carta, a parte relativa a Lula foi retirada sem discussão. Foi comunicado que o convite não poderia ser feito, por orientação do Instituto Lula, justificando a avaliação das Frentes (Brasil Popular e Povo Sem Medo) de Lula não ir para manter a unidade.

A Juventude Revolução do PT (JR) foi contra retirar o convite, reforçando o acerto da posição autônoma da JPT.

O argumento da unidade para não constranger algum setor político estava em contradição com a mobilização por baixo, mas caiu por terra depois que buscaram compor atos com aspirantes a "terceira via".

Jeffei(JR)

Governos petistas entrando na onda

Medidas como passe vacina e punição a servidores são adotadas por governos do PT

Governantes do PT estão se sintonizando com políticas dos prefeitos de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), para a pandemia (v. OT 889).

Ceará

O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), aprovou na Assembleia Legislativa em 19 de agosto uma lei em que, nas palavras do próprio governador, "o servidor que não se vacinar sofrerá sanções administrativas. Claro, se recusar sem justificativa médica, porque tem raros casos em que não se recomenda a vacina. Portanto, sem justificativa médica, sofrerá sanções que deverão ser desde um alerta até uma demissão do serviço público do Ceará" (https://www.ceara.gov.br).

A lei determina que "o servidor público regido pela Lei n° 9.784, de 14 de maio de 1974, que não apresentar a devida justificativa, incorrerá em falta disciplinar passível de sanção, podendo ir da advertência até a suspensão ou mesmo a demissão".

Agora, com uma suposta adesão à orientações científicas, o que está em jogo é o fato de que governos que não testaram a população e não readequaram os ambientes de trabalho, decidem jogar nas costas dos servidores públicos a responsabilidade. E aproveitam o pretexto para continuar enxugando a máquina estatal às custas do desemprego.

Grave é a omissão da CUT e de entidades sindicais do setor "em nome da ciência" e do combate à pandemia. Esta lei passa por cima inclusive dos mecanismos previstos para sanção a servidores, tal como o inquérito administrativo. Na verdade, o governo Camilo renuncia a fazer a tarefa de convencer a categoria sobre a importância da vacinação, e aproveita a ocasião para implantar um dispositivo de demissão de servidores que concretiza a EC 87/2016, do teto dos gastos estadual.

Juiz de Fora

Depois de decretar, em 24 de agosto, a obrigatoriedade da vacinação dos servidores públicos da municipalidade, a prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão (PT), publica outro decreto em 21 de setembro com a exigência de comprovação de vacinação – pelo aplicativo "Conecte SUS" ou cartão de vacinação – para acesso a determinados estabelecimentos públicos ou privados. O modelo não é muito diferente do aplicado pelo prefeito do Rio do PSD.

Os servidores que recusarem a vacinação incorrerão em falta disciplinar, passível de sanções. No caso dos estabelecimentos, o não cumprimento acarretará multa, podendo chegar ao fechamento. Mas a obrigatoriedade é só para museus, cinemas, teatros, parques de diversão, bibliotecas, shows, estádios etc. Bares, restaurantes, academias, lojas, supermercados, locais de trabalho entre outros é apenas "recomendável". Por que, se é um caso de saúde pública?

Mas os cientistas explicam que a vacina que ajuda a conter a pandemia, não impede a circulação do vírus, os vacinados podem transmitir vírus. Mas agora, o critério de acompanhamento da pandemia não será mais índice de contaminação, leitos e óbitos, mas apenas o número de vacinados! A testagem e o rastreio eficaz para controlar e conter a pandemia não foi utilizado e agora é descartado.

Essas últimas medidas arbitrárias atacam os servidores em seus direitos e cerceiam os direitos do povo em geral com uma espécie de passaporte da vacina. São um fator de divisão entre os vacinados e aqueles que por qualquer razão não foram vacinados. São medidas de intimidação que substituem o convencimento pela coerção. Se é compreensível que governantes da direita ajam assim, não é "natural" que o mesmo seja feito por administrações do PT.

Correspondentes

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

de 27 de setembro a 14 de outubro

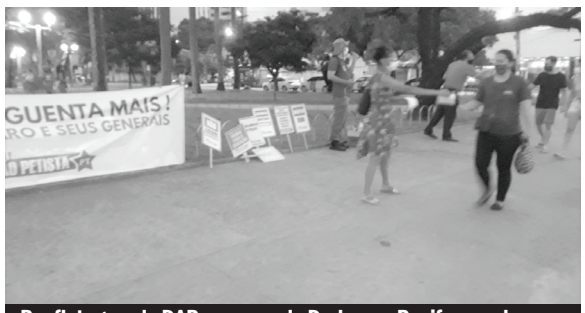
/DapBrasil /DapBrasil /DapBrasil http://petista.org.br

Em 2 de outubro, todos às ruas!

Os grupos de base devem ligar-se às lutas concretas dos trabalhadores

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, reunido no dia 14 de setembro, avaliou as manifestações do dia 7 e destacou a determinação dos militantes do DAP de irem às ruas, mesmo com todas as ameaças bolsonaristas.

Em Comunicado aos grupos de base, o Comitê considerou o acerto de manter as manifestações de 7 de setembro: *"A decisão de manter os atos, de não entregar as ruas para os bolsonaristas, foi um grande acerto político. Os trabalhadores e jovens venceram não apenas o medo, natural nas circunstâncias, mas também a resistências de muitas de suas direções que, ou por estarem intimidadas ou por apostarem numa via de conciliação com partidos e lideranças golpistas, jogaram objetivamente contra as manifestações."*



Panfletagem do DAP na praça do Derby, em Recife, com boa receptividade.

"A independência política da classe trabalhadora prevaleceu. Estamos nas ruas e não podemos sair delas", prossegue o Comunicado.

Sobre os atos bolsonaristas, sem subestimá-los, e dos dias que se seguiram, diz o Comunicado: *"Os atos significativos que promoveu não foram suficientes para seus objetivos. Bolsonaro recuou, o que não é uma novidade na sua trajetória, mas com toda a certeza voltará a atacar. Mas as ruas mostraram que é possível enfrentá-lo e derrotá-lo, a ele, seus generais e suas hordas"*.

Depois de frisar o fiasco dos atos de 12 de setembro, da chamada terceira via, o texto prossegue: *"A saída só pode vir do movimento da classe trabalhadora e da juventude, nas ruas, com suas organizações, com suas próprias bandeiras. No próximo dia 2 de outubro, o DAP estará nas ruas, com suas faixas, seu som, suas palavras de ordem. Mas, desde já, os grupos de base devem reunir-se, discutir os meios de se ligar às lutas concretas dos trabalhadores e jovens"*.

É a esta tarefa que os grupos de base devem se dedicar, antes e depois das manifestações de 2 de outubro, que não serão as últimas.

Por fim, o Comunicado apela a Lula que ocupe seu lugar nas manifestações: *"Queremos que Lula, livre e com seus direitos políticos restabelecidos, assuma seu papel de principal liderança popular do país e tome a frente das manifestações. A luta é agora, não em outubro de 2022"*.

Ajuda à organização da luta pelas reivindicações

No dia 4 de setembro na ocupação do Buracanã, Zona Oeste de São Paulo, houve uma reunião de apresentação do Diálogo e Ação Petista. O tema da reunião era "Buracanã na luta contra o desemprego". Os moradores da ocupação querem lutar diante da situação difícil vivida pela classe trabalhadora, com o aumento do custo de vida, redução do valor real dos salários e o desemprego. A ideia da reunião surgiu durante uma panfletagem do DAP com duas lideranças comunitárias da ocupação para convocação das mobilizações de 18 de agosto contra a Reforma Administrativa.

DAP presente na manifestação dos moradores do Buracanã

Participaram da reunião mais de 40 moradores. Discutiu-se o problema do desemprego, a luta por moradia e outras reivindicações. Uma das questões colocadas é que os desempregados não querem viver de caridade. Um dos moradores resumiu: *"Nós agradecemos, sim, todas as doações feitas. Mas precisamos de emprego. Não é só comida. A gente quer comprar uma roupa para nosso filho, arrumar a casa, dar um mínimo para a nossa família, queremos dignidade."*

Adriana, da associação de moradores, disse que *"a gente tem que se unir, todos os moradores do Buracanã, todas as 496 famílias que moram aqui. Precisamos lutar pela posse do terreno, que não está garantida. Cobrar a prefeitura, lutar por emprego. Se a gente não lutar, não vamos ganhar nada de mão beijada."* Reinaldo, trabalhador que mora na ocupação, disse: *"Vamos nos unir, nós somos a maioria, pra gente ganhar deles."*

Sabrina, militante do DAP-Butantã, contou sobre a luta que o grupo de base vem desenvolvendo desde abril junto com as comunidades da Zona Oeste de São Paulo, luta contra a fome, dirigindo-se à prefeitura de São Paulo, que tem em caixa mais de R$ 6 bilhões, reivindicando que distribua cestas básicas. Ela propôs que os moradores fossem com suas reivindicações no ato do dia 7 de setembro pelo Fora Bolsonaro. Ely, também militante do DAP, ofereceu ajudar os moradores para organizar a ida ao ato.

Foi distribuído um texto de apresentação do DAP aos moradores. Agora é organizar um grupo de base no Buracanã. Assim o DAP se constrói. Agindo com o PT agia, na luta!

Ao final decidiu-se escrever uma carta à subprefeitura do Butantã, listando as reivindicações dos moradores, dentre elas: reabertura do Circo-Escola, ajuda imediata aos desempregados com cestas básicas e Bilhete Único, a abertura de frentes de trabalho e ajuda na construção da rede de esgoto.

No dia 7 de setembro esteve no ato uma delegação da ocupação Buracanã junto com os companheiros do DAP, com faixas e reivindicações. Após o ato os moradores voltaram animados para a luta. Fabiana, moradora da ocupação, disse que *"a gente hoje deu um grito de liberdade, por moradia digna, mais saúde, emprego. A manifestação foi ótima."* Anderson, da favela São Remo, que fica ao lado da ocupação, completou: *"A manifestação foi muito boa, foi pacífica. Fomos lutar pelos nossos direitos. É fora Bolsonaro."*

Correspondente

Constituinte em debate

O ciclo de debates sobre a crise institucional e a Assembleia Constituinte Soberana terá lançamento nacional no dia 9 de outubro, sábado. Promovido pelo DAP, o ciclo contará com debates nos diversos estados, nos diretórios do PT, sindicatos e entidades.

Os debates serão abertos para os militantes do PT, mas não só. A discussão sobre a Constituinte interessa ao conjunto dos trabalhadores, aos jovens, à esmagadora maioria da população brasileira.

Para o lançamento nacional, o DAP convidará companheiros que possam contribuir com essa discussão.

Será lançada uma brochura com textos sobre a Constituinte, a partir de diversos ângulos: o lugar da Constituinte hoje, história das constituintes brasileiras, experiências de outros países, as mudanças ocorridas na Constituição de 1988 e outros.

O horário do lançamento e outros detalhes serão informados amplamente, em breve.

Solidariedade internacional

A campanha realizada pelo DAP de solidariedade aos companheiros do Haiti, país recentemente atingido por terremotos e vítima de brutal agressão imperialista, encontrou grande receptividade nos grupos de base.

A campanha, iniciada pelo Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, ao qual o DAP é aderente, já arrecadou no Brasil quase R$ 5 mil.

É importante salientar as contribuições vindas dos grupos de base, muitas vezes de militantes com poucos recursos, mas que fazem questão de demonstrar sua solidariedade internacionalista aos companheiros do Haiti.

PEC 32, prosseguir o combate!

Cobrança por serviços públicos e nomeação de apadrinhados, dois pilares da reforma administrativa

Aos trancos e barrancos, a PEC 32 foi aprovada por 28 votos contra 18 na quinta-feira, dia 23, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Para chegar nesses magros votos o governo teve que substituir oito deputados considerados inseguros. E foram apresentados sucessivamente seis textos diferentes (substitutivos), alguns em pleno processo de votação, sem tempo para leitura e discussão.

Dos deputados descartados, porque poderiam votar pela rejeição da PEC, derrotando-a na Comissão, seis foram trocados por parlamentares do partido Novo.

Conforme denunciam as representações de servidores cutistas, "*ao aceitar ser o fiador de Bolsonaro nesse projeto de destruição dos serviços públicos, o Novo já chegou mentindo e propagando fake news. Disse que a PEC não atinge os atuais servidores, o que é mentira, e argumentou que seu voto era para 'modernizar o Estado e o serviço público*'".

Divulgação

Servidores em Brasília em luta para barrar a PEC 32

Acontece que, além dos conhecidos ataques aos direitos dos servidores, há apenas duas únicas verdadeiras novidades nessa PEC: 1) a permissão para prefeitos, governadores e presidente da República contratarem apadrinhados políticos, sem concurso, por até dez anos; e 2) autorização para que serviços como saúde e educação deixem de ser públicos e gratuitos e possam ser privatizados e pagos. Essa é a modernidade do Novo!

Para constrangimento dos petistas, ao defender essa privatização da saúde e educação, o relator da PEC, Arthur Maia (DEM-BA), citou o exemplo do governador da Bahia (PT), que já cedeu hospitais públicos (funcionários, instalações, verbas) para a gestão privada.

Reforçar a campanha em curso

No fechamento desta edição a PEC 32 seguia para votação em plenário, onde são necessários 308 votos, em dois turnos. Se aprovada, será submetida ao Senado.

Portanto, ainda há um caminho até a PEC ser definitivamente aprovada, o que coloca para as organizações sindicais, principalmente a CUT, o desafio de continuar, aprofundar e estender a luta para derrotá-la.

Reforçados pelo Dia Nacional de Luta de 18 de agosto, servidores dos três níveis estão dando provas de grande combatividade na defesa de mais e melhores serviços públicos.

Em todos os estados, a campanha se acelerou, com atos, manifestações, audiências públicas, instalação de outdoors, passagem de carros e bicicletas de som nos bairros populares, panfletagens. Cumprem-se, assim, as tarefas de mobilizar os servidores e, ao mesmo tempo, dialogar com a população.

Em Brasília, por duas semanas seguidas, representantes de todo o Brasil, reforçados por caravanas de Goiás e Minas Gerais, fizeram a recepção dos deputados no Aeroporto às terças-feiras e mantiveram uma vigília permanente até as quintas-feiras no Anexo II da Câmara.

Um ponto de apoio essencial foi a articulação das entidades de servidores municipais, estaduais e federais filiadas à CUT (Confetam, Fenasepe, Condsef, CNTE e CNTSS).

A disposição de todos é continuar porque foi assim que muitos servidores e setores populares se deram conta da gravidade do que está em jogo e, em consequência, ajudaram numa pressão que colocou o governo e seus parlamentares contra a parede. Não será fácil, mas hoje é possível afirmar que podemos, com a luta, derrotar a PEC 32.

Edison Cardoni

São Paulo: BolsoDória se reapresenta!

Dória quer antecipar Reforma Administrativa de Bolsonaro

O governador João Dória (PSDB) que se diz contra Bolsonaro, na política iguala-se a ele com o envio do Projeto de Lei Complementar (PLC) 26 à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

As entidades do funcionalismo estadual estão em permanente mobilização contra esse projeto, pois ele antecipa no estado a PEC 32 (ver acima).

No dia 21 de setembro, a CUT com as entidades do funcionalismo estadual realizaram ato na porta da ALESP para protestar contra a entrada em pauta de votação do PLC 26. Foi adiada a abertura de discussão para próxima semana. A mobilização será retomada.

O boletim do Conselho de Representantes da APEOESP (Sindicato dos Professores) afirma que "*o governo recuou em alguns pontos do PLC 26, mas ainda não basta, exigimos a Retirada desse PLC*".

Agora é manter a mobilização na base e na pressão aos deputados e realizar atividades nas regiões contra o PLC 26.

Entre outros ataques, no PLC 26 estão: contratação por tempo determinado (temporários), estabelece critérios muito rígidos para a concessão do abono de permanência para quem já pode se aposentar, mas que opta em ficar trabalhando; estende a Bonificação por Resultados (BR) a todas as secretarias baseada em produtividade, que será cortada quando tiver licença médica, famosa remuneração variável; disciplina a contratação de temporários, podendo ser contratados no caso de greves; retira a correção anual pelo IPC do adicional de insalubridade; revoga o pagamento do adicional de insalubridade durante a licença-prêmio; revoga o pagamento das licenças-prêmio na aposentadoria e falecimento; revoga a falta abonada.

A luta é pela retirada

Para Cléo, presidente do SINDSAÚDE/SP, "*mais uma maldade do bolsodória. Esse PL retira direitos, tira insalubridade, no meio de uma pandemia, sem condições mínimas de trabalho, para nós é metade do nosso salário*".

Não há trégua! A luta pela retirada do PLC 26 da ALESP deve continuar, aliada à luta contra a PEC 32.

João B. Gomes

"Está demitido!", por ordem da OSS

Prefeitura de São Paulo dispensa profissionais do programa Mais Médicos

Em reunião com o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), a Secretaria Municipal de Saúde da capital informou, no último dia 2, que sete profissionais do Programa Mais Médicos foram dispensados das Unidades Básicas de Saúde municipais. Eles trabalhavam em quatro UBS administradas pela OSS (Organizações Sociais de Saúde) Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Os médicos foram comunicados da decisão em reunião com a SPDM e não com os gestores da atenção direta, que prestavam assistência na maior parte do tempo onde eles trabalhavam. A responsável pela supervisão do Mais Médicos, que faz a qualificação dirigida desses profissionais, foi impedida de participar. Um dos médicos dispensados confirmou as irregularidades: "Não deixaram entrar testemunhas e colocaram na ata só o que quiseram colocar, participaram gerentes que a gente nunca nem viu e os tutores do Mais Médicos não ficaram sabendo, souberam pelo diário oficial." E completou: "Deixar a população desassistida, isso é muito triste. Essas OSS vieram pra acabar com o SUS, para destruir com tudo. O descaso do governo [federal], do Ministério da Saúde, que está ciente do racismo, do assédio e da perseguição, e ninguém fez nada". Tem sido, inclusive, padrão das gestões da Prefeitura de São Paulo ceder equipamentos de saúde sob administração direta para as OSS, que substituem os funcionários por trabalhadores terceirizados. O Simesp contestou as dispensas, justamente em unidades terceirizadas, e exige que a Prefeitura os reconvoque ao trabalho para cumprir o contrato, vigente até 2023.

Tiago Maciel

2 de Outubro: mobilizar na base

CUT acertou em manter o 7 de setembro e ao não ir ao fiasco do dia 12

Todas as centrais sindicais, em nota comum (23/09), convocam a participação de suas bases nos atos Fora Bolsonaro de 2 de outubro, o que é positivo. A CUT orienta a realização de assembleias e plenárias para mobilizar para a data, colocando a luta contra a PEC 32 (ver página 6) e contra as privatizações em sua pauta.

Divulgação

7 de setembro: ato no Vale do Anhangabaú, São Paulo

Muito bem, mas nas mobilizações de setembro não houve unidade do Fórum das Centrais. Se a CUT acertou em manter, apesar de pressões contrárias e da ausência de algumas das outras centrais, a sua participação nos atos de 7 de setembro em contraponto aos atos bolsonaristas, o Fórum dividiu-se no apoio aos atos do MBL-VPR e da "3ª Via" de 12 de setembro. Cinco das seis centrais "reconhecidas" – Força Sindical, UGT, NCS, CTB e CSB - dividiram palanques com golpistas e direitistas, como Dória e Amoêdo, no fiasco dos atos esvaziados.

O que recoloca a questão do Fórum das Centrais. Metade das entidades que o compõe foi aos atos "nem Lula, nem Bolsonaro" do dia 12, o que mostra a falta de base para um "fórum permanente". Ainda mais este que vem se estruturando ao redor de uma "agenda legislativa" da qual, até hoje, não foi retirada a proposta de "união dos poderes com a sociedade civil" para enfrentar a crise econômica e sanitária. O que é abertamente contraditório com a posição assumida pela CUT de luta pelo fim imediato ao governo Bolsonaro.

A Plenária nacional da CUT (20 a 24 de outubro) está chamada a discutir o papel desse Fórum e sua crescente "organicidade" (hoje tem funcionários e até grupos setoriais), recusando a subordinação aos seus "consensos". Afinal, o que se trata é de avançar na unidade na ação, em cima de questões concretas, com cada central preservando a sua identidade, e não de diluir a CUT num cartel de centrais com princípios e métodos distintos, que é a linha que o PCdoB impõe à CTB, por exemplo (ver Box).

Levantar as reivindicações da classe

A presença da classe trabalhadora organizada nos atos por Fora Bolsonaro é de fundamental importância. O que não se deu nos atos ocorridos até aqui, nos quais participaram dirigentes sindicais, mas sem mobilizar as suas próprias bases, via de regra.

Para tanto é preciso destacar as reivindicações próprias de nossa classe – emprego, salários, direitos – que são alvos de ataques do governo Bolsonaro e seus aliados, mas também de governadores e políticos da "3ª Via". Democracia sem defesa dos direitos se transforma numa palavra oca, incapaz de mobilizar a nossa classe para a luta por Fora Bolsonaro e seus generais.

Julio Turra

PCDOB E "FRENTE AMPLA"

Dirigentes da Força Sindical, em reunião de sua federação metalúrgica em São Paulo, disseram ter sido um erro participar dos atos de 12 de setembro. O que não se deve esperar do PCdoB, que insiste na sua linha de "frente ampla" após o vexame desses atos.

Na tradição stalinista, o PCdoB impõe às organizações que dirige, como a CTB, ou a dirigentes da UNE, mesmo sem decisão em suas instâncias, participarem em atos e iniciativas da tal "frente ampla". Agora se empenha na "defesa de Bruna Ferraz", presidente da UNE, de ataques que estaria sofrendo por "manter agendas públicas com FHC e Ciro Gomes". Repercutindo coluna do Estadão, uma matéria no site radiopeao.com.br diz que "centrais sindicais" defendem Bruna, com falas de Patah da UGT e Miguel Torres da Força Sindical. Quanto à própria Bruna, estaria de "consciência tranquila" após subir no carro de som do MBL em 12 de setembro.

Greve contra a terceirização, em defesa dos serviços públicos

Trabalhadores da Comcap (Florianópolis-SC) são fortemente reprimidos

Sintrasem

Camisa com sangue de trabalhador ferido pela repressão

Os trabalhadores Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap), em Florianópolis, que realiza a coleta de lixo na cidade, recicláveis, capinagem e limpeza de valas, estão em meio a uma das batalhas mais ferrenhas da categoria. Garis, motoristas, mecânicos, operacionais estão sob ameaça de terem seus postos de trabalho perdidos com a terceirização da limpeza urbana feita pelo prefeito Gean Loureiro (DEM). A empresa é reconhecida pela população como extremamente eficiente.

O prefeito Gean desde 2017 abriu uma guerra para terceirizar a Comcap. No início de 2021, janeiro, aprovou de forma truculenta na Câmara Municipal seu projeto de terceirização, retirando direitos dos trabalhadores, acabando com Acordo Coletivo de Trabalho, ameaçando os empregos. Os trabalhadores compraram a briga. Fizeram greve de 15 dias, em meio à pandemia, sob fortes ameaças individuais e à organização sindical.

Prefeito não recua, trabalhadores retomam a luta

Mas o prefeito avançou com seu projeto privatista, com amplo apoio da mídia e do empresariado e entregou à empresa Amazon Fort (de Porto Velho/RO) a coleta de lixo de forma ilegal, sem licitação. A Amazon Fort é alvo de graves denúncias ambientais e de superfaturamento. Onde opera despeja chorume nas ruas, não dá equipamentos de segurança para trabalhadores, há até flagrantes de gari com chinelo.

A Justiça do Trabalho declarou a lei de Gean inconstitucional, retomando todos os direitos do Acordo Coletivo e aplicando uma multa mensal de R$ 100 mil para cada trabalhador mantido em situação de terceirização. Mas Gean manobrou, ignorou a decisão judicial e avançou na destruição da Comcap.

Diante dessa ofensiva, em 21 de setembro, foi deflagrada greve e houve forte repressão policial, assim que o movimento começou, com balas de borracha, spray de pimenta e bombas de efeito moral. Gean contou com o apoio da Guarda Municipal e da Polícia Militar do governador Carlos Moisés. Três trabalhadores ficaram feridos. E a justiça determinou a greve ilegal aplicando multa à entidade sindical e seus dirigentes. O governo Gean aumentou a ofensiva e abriu processos contra 600 trabalhadores o que pode levar às demissões.

No domingo, 26, um grande ato com trabalhadores, famílias, partidos, movimentos sociais reuniu 3.000 manifestantes e atravessaram a Ponte Hercílio Luz em Defesa dos trabalhadores e da Comcap.

Correspondente

Reunião nacional prepara PLENCUT

Ela será em 16/10, virtual e às 16 horas

Delegados e delegadas eleitos nas plenárias estaduais da CUT ocorridas no último período, identificados com as posições e propostas defendidas pelos agrupamentos "Em defesa da CUT Independente e de Luta" e "A CUT pode mais" realizam uma reunião virtual, no sábado 16 de outubro a partir das 16 horas, para discutir os desafios colocados para a central na atual situação e a intervenção na próxima Plenária Nacional da CUT.

A reunião está aberta à participação de sindicalistas interessados, bastando para tanto entrar em contato com os organizadores nos seus respectivos estados e será divulgada nas redes sociais. Diante dos ataques e "reformas" promovidos pelo governo Bolsonaro contra a classe trabalhadora, é hora de resgatar as melhores tradições da CUT.

Quem acredita no Bolsonaro democrata?

Depois dos atos golpistas em 7 de setembro, Temer foi chamado para redigir uma nota de recuo

Bolsonaro foi contido? Isso é o que muitos dizem, depois da nota de recuo divulgada pela Presidência em 9 de setembro, um texto redigido por Michel Temer. A operação mostrou mais uma vez as instituições e os políticos golpistas trabalhando para preservar o presidente genocida até 2022.

Não se apagam, porém, as palavras de Bolsonaro nos atos do dia 7, em São Paulo e em Brasília, convocados em clima golpista. "Só saio preso, morto ou com vitória. Quero dizer aos canalhas que eu nunca serei preso", vociferou na avenida Paulista. As frases não têm lógica, como muitas das idiotices que ele fala, mas o sentido é claro: quem manda sou eu e faço o que quiser.

Referindo-se ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao ministro Alexandre de Moraes, disse: "Ou o chefe desse Poder enquadra o seu ou esse Poder pode sofrer aquilo que não queremos". Falou ainda que "qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá". E, para não deixar dúvidas, afirmou que aquele ato era "um ultimato para todos que estão na praça dos Três Poderes".

Dois dias depois, na nota, surge um Bolsonaro subitamente democrata: "Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. (...) Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum". Ninguém acredita nisso, mas há interesse de muitos em dizer que são palavras sinceras.

"Com Supremo, com tudo"

Há uma linha de continuidade entre o golpe de 2016 que derrubou Dilma, "com Supremo, com tudo", e o esforço de evitar uma queda do governo agora, quando a situação do povo se torna cada vez mais dramática e o governo despenca em popularidade. Bolsonaro não tem outra política a não ser o golpismo. Mas, chamado às falas, pode interpretar o papel de ponderado. Até o próximo ataque.

O golpista Temer escreveu a carta e mediou conversa de Bolsonaro com Alexandre de Moraes

Houve um esforço de dizer que tudo voltava ao normal. A reação do presidente do STF, Luiz Fux, aos discursos do dia 7, não passou da declaração de que o Supremo "jamais aceitará ameaças". Não esboçou qualquer medida efetiva contra o presidente. O Congresso Nacional igualmente se mostrou omisso.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse desejar que "a carta do presidente seja uma oportunidade de recomeço de conversas para estabilização da política". O presidente da CPI da covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou que a carta é louvável, se for "genuína". A quem querem enganar?

Para o "mercado", não há problema em manter Bolsonaro no seu cercadinho, desde que os negócios prosperem. Para outros, na oposição, a tática genial é deixar Bolsonaro sangrar até terminar seu governo esgotado, sem possibilidades de se reeleger.

Quem não pode esperar até 2022 é o povo. São quase 600 mil mortes em razão da pandemia, índices de desemprego e de miséria em alta, as condições de vida piorando de forma insuportável, além da intimidação e dos ataques à democracia. Tirar já Bolsonaro e seus generais do governo é uma necessidade em legítima defesa da maioria da população.

Cláudio Soares

Fim da Lei de Segurança Nacional

Vetos golpistas do presidente

Com muita dor no coração e no último dia do prazo, o presidente Bolsonaro sancionou a lei aprovada pelo Congresso em substituição à Lei de Segurança Nacional-LSN, herança da ditadura militar. Bolsonaro resistiu até a apelos de militares para que não sancionasse- assim, a LSN seria mantida.

Como, porém, se trata de Bolsonaro, a sanção veio acompanhada de cinco vetos reveladores da natureza e dos interesses do genocida.

Um dos vetos é quanto às fake news. A lei prevê punição para comunicação enganosa em massa. O veto é perfeitamente coerente com a trajetória de Bolsonaro, que se elegeu com a divulgação maciça de informações falsas e que, no governo, conferiu à prática caráter oficial. Deve-se lembrar que o STF investiga o próprio presidente no caso das fake news. Sancionar uma lei que pode considerá-lo criminoso seria esperar demais.

Um segundo veto refere-se aos atentados ao direito de livre manifestação (pacífica). Mais revelador ainda. Aqui o objetivo é legalizar a ação das hordas bolsonaristas, à moda fascista, contra as manifestações de trabalhadores, sem medo de punição legal. A justificativa para o veto é que é difícil definir o que é um ato pacífico. Na dúvida, baixa-se o sarrafo. É um recurso que Bolsonaro nunca recusou e que vai permanecer em seu arsenal, em sua escalada autoritária. Ele quer manter as mãos livres.

Dois dos vetos complementam o anterior. Um deles é ao aumento da pena quando o atentado ao direito de livre manifestação for praticado por militar. O outro veta o aumento da pena se o crime for cometido com violência, arma de fogo, por funcionário público ou militar. Pode parecer contraditório (pois no veto citado anteriormente isso deixa de ser crime), mas tem sua lógica. O objetivo é claro: utilizar-se do Estado para a repressão. Os bandos milicianos podem não ser suficientes. Com simples vetos, Bolsonaro deixa claro seu caminho.

O último veto é ao direito de um partido político, com representação no Congresso, entrar com ação contra tais crimes se o Ministério Público não agir no prazo devido. Mais uma vez, não é surpresa. Basta controlar o Ministério Público.

Os cinco vetos demonstram com sobras que Bolsonaro não apenas mantém seu projeto, mas pretende aprofundá-lo. A defesa dos correligionários, funcionários, parentes e militares não é um ponto secundário: é parte integrante de seu projeto.

A oposição luta para derrubar os vetos. É possível. Mas a verdadeira defesa do estado democrático de direito, objetivo declarado da nova lei, não reside na batalha parlamentar contra Bolsonaro. O presidente nasceu, foi acalentado, cresceu e se tornou presidente atuando dentro das normas deste estado. Os vetos podem não ser derrubados. E aí, como diz Pacheco, presidente do Senado, "é a democracia".

Roberto Salomão

Mais ataque à Educação

PEC desobriga gasto mínimo previsto na Constituição

Foi aprovada no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2021 que autoriza os estados e municípios a não investir a porcentagem mínima de recursos públicos na educação. Hoje a lei obriga estados e municípios de investir ao menos 25% das receitas com impostos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, encaminhou a aprovação do desinvestimento na Educação no dia 15 de setembro. A proposta já foi aprovada no primeiro e no segundo turno no Senado. Mas, para entrar em vigor ela precisa passar na Câmara dos Deputados. Se aprovada os governos ficariam totalmente livres para não investir na educação neste ano e os que não cumpriram a lei ano passado seriam perdoados.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) declarou "no momento em que as escolas mais necessitam de investimentos" o "parlamento nacional se dedica a aprovar medida para isentar governadores, prefeitos e seus respectivos secretários de educação pela não aplicação do mínimo constitucional". A CNTE afirmou que pretende seguir pressionando os deputados pela rejeição da PEC.

Governo mente para encobrir irresponsabilidade

Com quase 600 mil mortos pela pandemia a população segue refém de um genocida

A pandemia arrefeceu, mas está longe de resolvida. Dados recentes apontam inclusive uma maior taxa de transmissão nos últimos dias e a maior média móvel nos últimos três meses.

Sem ampliar a vacinação e manter testagem não há como vislumbrar a resolução dessa catástrofe. Em meio a isso o Ministério da Saúde suspendeu a vacinação em adolescentes (agora recuou) e milhões em tratamentos e insumos serão incinerados. E na CPI aparece, entre outras barbaridades, o esquema da Prevent, tudo indica, envolvendo o gabinete paralelo do governo genocida.

A suspensão temporária da vacinação dos adolescentes sem comorbidades pelo ministro Queiroga não tem justificativa cabível. O Ministro da Saúde bate continência a Bolsonaro e obedece sua ordem de retirar a vacinação dos jovens sem comorbidades, com a invenção de que a OMS (Organização Mundial da Saúde), contra a vacinação dos jovens 12-17 anos. Mentira!

Cientista da Fiocruz, Margareth Dalcomo deixou claro em entrevista à CNN Brasil, que Bolsonaro e Queiroga mentiram. "De modo algum a OMS colocou em questão a segurança e a validade da vacina no grupo etário (adolescentes)", disse. "Justificar a decisão dizendo que há efeitos adversos da vacina da Pfizer em adolescentes não corresponde à realidade". A pesquisadora apontou ainda para a verdade: "Se está faltando vacina, nós temos que providenciar as vacinas no quantitativo necessário".

A verdade é que apenas 39% da população está vacinada com as duas doses. E diante da inoperância do Ministério da Saúde e da falta de doses pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Instituto Butantã em São Paulo passou a vender doses diretamente a estados.

"Grave é o ministro da Saúde mostrar o dedo do meio pra vacina!"

Para além da incompetência em distribuir e fazer a vacinação ocorrer adequadamente, esse mês nos deparamos com as denúncias de vacinas, remédios e testes que serão incinerados por perderam a validade. No total são avaliados o montante de 243 milhões em um cemitério que se encontra em Guarulhos. São mais de 3,7 milhões de itens mantidos em sigilo que começaram a vencer na gestão de Bolsonaro. Itens desde canetas de aplicação de insulina que abasteceriam 235 mil pacientes diabéticos em 1 mês, até medicamentos para hepatite C, câncer, tuberculose, Alzheimer, artrite reumatoide, transplantados.... Alguns itens inclusive estão em falta nas unidades de saúde! Incluem-se na lista produtos, principalmente testes para HIV do programa de DST/Aids (345 mil em testes). Além de dois milhões de testes para COVID-19.

Medicina privada, o caso Prevent

Capítulo recente da CPI do COVID é o desnudamento da situação da prescrição obrigatória de "Kit Covid" pela Prevent Senior. Os pacientes atendidos demonstraram receber a receita contendo medicamentos com resultados não comprovados – cloroquina, nitoxazamida, ivermectina. Muitos inclusive recebiam os medicamentos em casa trazidos por moto boy pelo convênio. As apurações incluem para além de prescrições obrigatórias, que tinham que ser feitas pelos médicos, denúncias de assédio moral, assédio para preenchimento de atestado de óbito retirando a suspeita de COVID. O Sindicato dos Médicos de São Paulo veio a público na última sexta-feira orientar que os médicos não assinem nenhum documento sem consultar o jurídico e que denunciem, no canal anônimo criado para isso, os casos de assédio moral, coerção, retirada de autonomia médica entre outros. Vimos na CPI que a Prevent Senior tenta agora atribuir a responsabilidade da prescrição a cada médico que assinou a receita. Quer transferir a responsabilidade para os profissionais que atenderam os pacientes e foram obrigados a adotar a "política da empresa". Os relatos integram desde aulas e orientações sobre como prescrever o "Kit", até ameaças e desligamentos se não o fizessem.

As investigações sobre a Prevent devem continuar, mas desde já que fique estabelecido. A medicina privada, os planos de saúde, buscam o lucro de seus proprietários. A luta para fortalecer o SUS deve ser reforçada.

Juliana Salles

STF suspende julgamento do marco temporal

Indígenas ficam à mercê de latifundiários e mineradoras

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, no último dia 15, o julgamento sobre o "marco temporal", depois de Alexandre de Moraes pedir vistas. O "marco temporal", que obriga indígenas a comprovarem a posse da terra antes de 1988 para requisitar sua demarcação, é defendido por ruralistas e pelo governo.

Alexandre de Moraes solicitou mais tempo para analisar a questão e interrompeu a votação com o placar em 1 x 1. Não há prazo para retomada do julgamento. O parecer do relator do caso, Edson Fachin, desaprova a legalidade do marco temporal como critério para demarcação de terras indígenas. Se tal critério for aplicado muitos processos de demarcações atualmente em andamento seriam prejudicados.

Rudy Maia Ferraz, ruralista da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil defendeu a restrição: "O marco temporal é o único instrumento que traz segurança jurídica, previsibilidade, estabilidade das relações sociais do país".

Nunes Marques, ministro do STF indicado por Bolsonaro, disse que sem o marco temporal a expansão das terras indígenas pode ser infinita! A Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão do governo federal destinado a proteger os interesses dos povos indígenas defendeu o marco temporal. Corroborando a tese de que os indígenas só podem reivindicar terras ocupadas antes da promulgação da Constituição de 1988. A Funai esqueceu todo o trabalho que ela já fez com grupos expulsos de suas terras antes e depois de 1988.

Para Tiara Pataxó, liderança indígena dos Pataxós do sul da Bahia a suspensão do julgamento "Quanto mais adiarem o que é tão importante e urgente, mais ficamos à mercê das invasões, violações de direitos e violências que acontecem dentro dos nossos territórios".

O interesse do governo federal no assunto é patente. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) descobriu em uma operação em agosto deste ano que o governo Bolsonaro pagou R$ 75 milhões a empresas envolvidas em dar apoio logístico a garimpos ilegais em terra indígena na Amazônia. Segundo apuração do jornal Folha de S.Paulo, dados de registros de aeronaves apreendidas pela Anac em operação em garimpos ilegais pertenciam a empresas de táxi aéreo que receberam pagamentos do Ministério da Saúde a título de cuidar da saúde dos indígenas.

Cristiano Junta

VETO AO AUXÍLIO A PEQUENOS AGRICULTORES

Bolsonaro vetou em 17 de setembro o projeto de lei n° 823/2021 que havia sido aprovado no Congresso cujo objeto era destinar um auxílio de R$ 2,5 mil aos pequenos agricultores em situação de pobreza extrema. O auxílio seria pago para ajudá-los diante de prejuízos. Além disso, a proposta previa a renegociação de dívidas rurais até o final do ano que vem.

Esta é a segunda vez que Bolsonaro veta a proposta. No ano passado ele rejeitou a mesma proposta que havia sido aprovada pelo Congresso no projeto de lei n° 735/2020.

A fundação da 4ª Internacional e seu significado atual

É derrubar e não reformar o capitalismo em crise, agravada pela pandemia

A decisão de se fundar em 1938 uma nova organização revolucionária internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial foi e é até hoje criticada por adversários como um ato de vaidade pessoal de Leon Trotsky. O seu resultado final teria sido apenas a proliferação infindável de grupúsculos e seitas políticas sectárias e sem intervenção real na luta de classes. Nada mais falso, nada mais desconectado da realidade social e econômica da classe trabalhadora real, que buscava combater nas ruas ou nas trincheiras - como na Revolução Espanhola (1936-1938) - o avanço do fascismo e os efeitos da crise econômica capitalista. Nos anos e décadas seguintes à fundação da 4ª – ocorrida no dia 3 de setembro de 1938 em Paris - os inimigos de classe e adversários políticos combateram de maneira implacável os seus militantes. Isso certamente porque o Programa de Transição – A agonia do capitalismo e as tarefas da 4ª Internacional - afirmava que: *"A tarefa estratégica da 4ª Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo"*. Sua existência e ação questionava o coração do grande pacto que stalinistas e reformistas realizavam com as burguesias para preservar o capitalismo após a Segunda Guerra Mundial.

Era impossível se manter indiferente ou tentar ignorar e isolar a atividade política da 4ª internacional, que agrupava agora em um programa político não só a herança revolucionária de gerações de militantes, mas principalmente a disposição para defender e combater pela independência política e de ação da classe operária por suas reivindicações. Os militantes da 4ª cruzaram o mundo, agruparam soldados alemães socialistas em plena França ocupada na guerra, organizaram mineiros bolivianos nas cavernas dos Andes, enfrentaram gangsteres no movimento operário dos EUA, combateram nas fileiras do exército vermelho da China e nas greves do Sri Lanka, enfrentaram a ditadura getulista no Brasil. Essa longa história continuou e segue necessária.

O internacionalismo

A fundação da 4ª internacional é parte de uma longa tradição de luta internacionalista dos revolucionários contra o capitalismo e que começou bem antes. A AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores ou 1ª Internacional) fundada em 1864 em Londres pela ação de Marx e Engels, uniu diferentes correntes do ainda pouco articulado movimento operário europeu do século XIX e seguiu até pouco depois da Comuna de Paris em 1871. A 2ª Internacional fundada em 1889, teve o impulso inspirador de Engels (Marx já havia morrido) e ajudou a formar poderosos partidos operários de massa nos países industrializados e irradiar o socialismo pelo mundo. Com a 1ª guerra mundial (1914-1918) a 2ª Internacional se divide quando um setor reformista passa a apoiar diretamente as políticas de guerra dos governos burgueses. Uma ala revolucionária liderada por Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky se opõe. A oportunidade histórica surge com a vitória da revolução operária na Rússia em outubro de 1917: dois anos depois é fundada a 3ª Internacional e surgem os partidos comunistas.

A Revolução Russa foi cercada e atacada, sufocada numa guerra civil brutal até quase 1922. O Exército Vermelho liderado por Trotsky consegue esmagar os Brancos – contrarrevolucionários sustentados por governos imperialistas e os antigos monarquistas e capitalistas da Rússia – mas a classe operária sangra a nata da sua militância revolucionária na guerra. Uma nova camada social de burocratas e carreiristas a substitui e ocupa um lugar cada vez mais importante. A última batalha política de Lênin antes de sua morte em 1922 foi contra essa burocratização do partido e do Estado soviético. A democracia nos sovietes e no partido vai desaparecendo. Em 1923 surge então a Oposição de Esquerda e em 1926 a Oposição Unificada, para defender e recuperar a democracia interna, o livre debate e a ampliação da revolução para outros países. Stálin – a caminho de uma ditadura pessoal - inventa a suposta teoria do "socialismo num só país" e reprime a oposição. A 3ª Internacional cada vez mais burocratizada vai no mesmo caminho. Trotsky foi expulso em 1929 da URSS e com outros oposicionistas funda a Oposição de Esquerda Internacional, que conta no Brasil com o grupo liderado por Mário Pedrosa intervindo como fração no PCB. A Oposição buscava combater o stalinismo dentro dos Partidos comunistas.

Reagrupando os revolucionários no combate ao fascismo

Em fevereiro de 1933 reúne-se a Conferência da Oposição Internacional após Hitler assumir o poder na Alemanha sem qualquer reação do Partido Comunista alemão. Trotsky defendia a frente única de comunistas e socialistas como única saída para afastar o perigo fascista. Tratava-se do destino do maior núcleo organizado da classe operária mundial na época. A política de divisão dos stalinistas recusando qualquer aliança com os socialistas abriu o caminho para Hitler, que nos anos seguintes destroçou a classe operária alemã. A Oposição Internacional de Esquerda declarou então que a luta pela reorientação da 3ª Internacional terminara. Foi aprovada a "Declaração dos Quatro", que chamava a luta pela construção de uma nova Internacional. Cinco anos depois nascerá a 4ª Internacional.

Em 3 de setembro de 1938 reuniu-se em Paris a Conferência de fundação com representantes de doze países: Brasil, Alemanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, URSS, Itália, Polônia, Bélgica, Áustria, Holanda e Grécia. O brasileiro Mário Pedrosa foi delegado em nome das seções latino-americanas. O principal documento – o Programa de Transição - afirma que as forças produtivas do capitalismo cessaram de crescer. O futuro da humanidade depende da construção da direção revolucionária do proletariado. O capitalismo sobrevive as custas de destruir as forças produtivas da humanidade, como as guerras, o desemprego e a fome.

"É preciso ajudar as massas, no processo de suas lutas quotidianas, a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias partindo das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e conduzindo invariavelmente a uma única e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado".

A perseguição à 4ª Internacional continuará implacável mesmo com o início da 2ª guerra mundial (1939-1945). Na URSS as deportações exterminaram milhares de simpatizantes. No Europa a GPU - polícia política de Stalin, assassinou vários dirigentes. Em 21 de agosto de 1940 o próprio Trotski foi assassinado no México. Mas a 4ª Internacional estava fundada e sucessivas gerações de militantes irão se apropriar de seu programa para dar continuidade à luta pela revolução socialista. Em 1993 a 4ª foi reproclamada e segue atuando com suas seções – como a corrente O Trabalho do PT, sua seção brasileira - na preparação do seu 10º congresso mundial.

Everaldo Andrade

Não à repressão, perseguição e discriminação aos migrantes!

Barbárie na fronteira México-EUA contra haitianos e outros que buscam refúgio

Paul Ratje/AFP

Patrulha Fronteiriça dos EUA age para impedir imigrante haitiano de chegar no acampamento perto da ponte que liga Texas ao México

Reproduzimos artigo publicado no jornal "El Trabajo" nº 305 (setembro), tribuna livre animada pela OST, seção mexicana da 4ª Internacional.

Imagens de perseguição e repressão sofridas por migrantes que buscam refúgio nos Estados Unidos foram vistas por todos. No México, autoridades do Instituto Nacional de Migração, a Guarda Nacional e a polícia estatal agridem e humilham centenas de trabalhadores e suas famílias. Não há direito humano que valha, pois o propósito é deter os migrantes a todo custo.

No final de agosto, migrantes, desesperados pelo confinamento em Tapachula, a "cidade cárcere" no estado de Chiapas e a negativa das autoridades de dar permissão de trânsito legal, decidiram romper o cerco e iniciar uma marcha, mas se chocaram com o muro de contenção da política anti-imigrante de López Obrador. Milhares de refugiados se encontram nessa fronteira sul (haitianos, hondurenhos, guatemaltecos, salvadorenhos, cubanos, venezuelanos, equatorianos etc).

O novo governo dos EUA, presidido por Joe Biden, expulsou milhares de refugiados. Segundo a revista "Proceso", entre março de 2020 e março de 2021, foram mais de 530 mil pessoas as que foram "devolvidas" ao México.

É notável o ódio contra os refugiados haitianos, vindos da nação mais pobre da América Latina. O imperialismo estadunidense agrediu o Haiti através de ocupações militares e protege a sua elite política e empresarial corrupta e assassina. Para desgraça maior, a natureza açoitou os haitianos com furacões e terremotos que aprofundaram as já muito difíceis condições de vida. É de tudo isso que eles fogem.

EUA exigem bloquear o fluxo migratório

A política de Obrador de aceitar as exigências do imperialismo dos EUA equivale a fazer o "trabalho sujo". Sua política de contenção é uma nova versão do programa "Fique no México" e incrementa a violência como método para dissuadir os refugiados, violando o direito internacional. Este programa foi criado no governo Trump para barrar o fluxo migratório procedente de nosso país.

Desde janeiro de 2019, o Protocolo de Proteção ao Migrante (nome oficial do programa) determina para quem solicita asilo nos EUA desde o México que deve esperar a solução do seu caso em território mexicano. Em janeiro de 2021, o governo Biden suspendeu o protocolo temporariamente. Em 13 de agosto, um juiz federal do Texas ordenou a sua volta a partir de 20 de agosto, no que foi apoiado pela Suprema Corte em 24 de agosto.

López Obrador insiste em repetir que a solução do problema dos migrantes está na atuação junto ao governo dos EUA para melhorar a situação nos seus lugares de origem. Para tanto sugeriu a Biden instituir programas como "Semeando vidas" e "Jovens construindo o futuro" nos países centro-americanos. Mas nas duas reuniões de "alto nível" – a primeira com a vice-presidente Kamala Harris – com altos funcionários dos EUA, tais propostas foram ignoradas. O que eles querem é que o México bloqueie o fluxo de refugiados.

Basta de repressão, perseguição e discriminação contra os migrantes.

Que o governo legalize a estadia dos refugiados no México e lhes garanta livre trânsito.

Fim da repressão aos migrantes nos EUA!

El Trabajo

RENÚNCIA-DENÚNCIA

Em 23 de setembro, Daniel Foote, enviado do Departamento de Estado dos EUA no Haiti, renunciou numa carta em que denuncia as ações do governo Biden contra refugiados haitianos como "desumanas". Nela se critica o apoio dos EUA ao primeiro-ministro Ariel Henry, que assumiu após o assassinato do presidente Jovenel Moïse em julho (do qual Henry é suspeito): "A arrogância que nos faz acreditar que devemos escolher o vencedor - mais uma vez – é impressionante".

Foote conclui que os EUA não aprenderam com os erros das "intervenções políticas internacionais no Haiti". Lembremos que generais brasileiros, hoje aboletados no governo Bolsonaro, estiveram no comando de tropas da ONU (Minustah) que ocuparam o país entre 2004 e 2017.

Dentro do sofrido Haiti, dezenas de forças políticas, sindicais e populares se somaram na exigência de "fora Ariel Henry", por uma solução haitiana para a crise, sem ingerência externa, a partir de eleições livres e democráticas. O que está expresso no Acordo de Montana (nome do hotel onde essas forças se reuniram). Todo apoio à luta do povo haitiano por sua soberania!

Solidariedade ao Haiti

Arrecadação internacional para vítimas do terremoto tem apoio do CPSI no Brasil

Após o terremoto que atingiu o Haiti em agosto deste ano, começou uma campanha internacional de arrecadação, em apoio às vítimas. Publicamos abaixo uma carta recebida do Comitê de Apoio e Solidariedade Internacional (CPSI-Brasil).

Atendendo ao urgente chamado do CILI (Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio), assim como do Diálogo e Ação Petista (aderente do CILI no Brasil), de solidariedade aos companheiros (as) do Haiti, após o terremoto ocorrido em 14 de agosto de 2021, o CPSI – Brasil, que traz em sua genética o DNA da solidariedade ativa, resgatando uma tradição do movimento operário internacional, de auxílio mútuo entre os trabalhadores e as organizações operárias.

Em solidariedade concreta de apoio ao chamado da CNOHA (Central Nacional Operária do Haiti e o Moleghaf (Movimento pela Liberdade e Igualdade dos Haitianos) o CPSI – Brasil,enviou R$ 8.200,00 (US$1,577) para a campanha SOS Haiti.

Nosso Comitê não poderia deixar de atender a este chamado. Pois seus objetivos são:

1 Ajudar no combate de todos aqueles que lutam por uma representação independente dos trabalhadores, resgatando a solidariedade e a ajuda mútua entre os militantes do movimento operário nacional e internacionalmente.

2 Ajudar militantes e sindicalistas de todas as tendências, vítimas da repressão, qualquer que seja a forma em que esta se manifeste, sem distinção de credo religioso ou político, raça, cor, sexo e condição social.

3 Apoiar os movimentos de mesma natureza e filosofia.

4 Promover campanhas de arrecadação de fundos para o Comitê.

Para atender a estes objetivos, buscamos contribuições mensais dos amigos da solidariedade.

Parte dos recursos vêm também da venda dos livros, de minha autoria, *"Confesso que Vi e Vivi na República Federativa da Mooca"* e *"Sonhos que não se Apagam na República Federativa da Mooca"*, editados pela Editora Viseu.

Toda a arrecadação com os livros é doada para o CPSI-Brasil.

Osvaldo Martinez D'Andrade
Entre em contato com a gente:
cpsibrasil@gmail.com.br

“1822 – 2022: A Independência que Ainda Não Houve”

Saiu o Calendário de O Trabalho 2022

Na primeira semana de outubro iniciamos a campanha financeira da Corrente O Trabalho desse ano. E como já é tradição, estamos oferecendo nosso calendário.

Nessa edição de 2022, quando se completará os 200 anos da suposta independência do Brasil, optamos por retratar algumas das lutas de resistência do povo brasileiro frente à opressão dos governos em vários momentos da nossa história.

Em nossa opinião, é uma discussão necessária. Frente às comemorações do bicentenária quando, tudo indica que os governos e a burguesia irão promover a fanfarronice de uma comemoração que não corresponde aos fatos, promovendo suas versões e seus falsos heróis.

Como explica a apresentação do calendário: ... “Antes do “Grito do Ipiranga”, houve revoltas contra o domínio colonial: a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), que propunha abolir a escravidão, e a Revolução Pernambucana de 1817. Depois da independência, houve a Confederação do Equador (1824), sufocada por tropas mercenárias de Pedro II. No período das Regências (1831-1840), república e abolição da escravidão motivaram revoltas, ainda que de forma confusa: Cabanagem (Grão-Pará, 1835- -1840); Balaiada (MA, 1838-1841); Sabinada (BA, 1837-38); Revolução Farroupilha (RS, 1835-45), além da revolta de escravos na Guerra dos Malês (Salvador, 1835).

Quanto maior a participação popular nessas revoltas, mais brutal foi a repressão do Exército imperial. O Império do Brasil era um ‘estranho no ninho’ das repúblicas sul-americanas. Mas quando veio a República em 15 de novembro de 1889, após a abolição da escravidão em 1888, ela foi fruto de um golpe militar sem qualquer participação popular.” ...

Nas 18 fotos e gravuras, trazemos elementos novos e antigos, alguns exemplos da verdadeira luta pela independência do povo no século 19, em revoltas populares e outras iniciadas pelas elites locais que colocavam em questão o domínio colonial; a Guerra do Paraguai um verdadeiro genocídio contra um povo a serviço da Coroa Britânica em 1864. Já no século 20, registramos quando a classe operária dá seus primeiros passos no enfrentamento à superexploração dos patrões na greve geral de São Paulo em 1917 e das forças reacionárias dos integralistas em 1934. Retratamos a luta contra o golpe de 1964 e a ditadura militar que passou por mobilizações e greves, pela luta pela terra para quem nela vive e trabalha, até os governos do PT já nesse século, onde o pano de fundo é a questão da soberania nacional.

Claro que o povo oprimido sempre se valeu da luta para fazer valer nas leis suas reivindicações, mas a questão de fundo – a independência nacional - jamais se expressou plenamente em nenhuma das constituições, a maioria outorgadas e todas negociadas por cima.

Nosso calendário de 2022 é, portanto, uma contribuição para ajudar na reflexão e compreender como se conjugaram as forças reacionárias, cada uma no seu tempo, para preservar suas formas de dominação e impedir que o povo construísse diretamente uma saída, expressão de sua vontade soberana.

Na imagem: Tropas imperiais do Brasil atacam as forças da Confederação do Equador, em Recife, em 1824: monarquia contra republicanos

Trata-se de um debate necessário sobre as tarefas nacionais que as burguesias covardes dos países atrasados não resolveram e não mais reúnem meios de resolver.

Nós, da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, desde a nossa origem combatemos para ajudar as massas a forjar pontos de apoio para que construa uma saída a partir de sua ação própria. Saída pela qual passará necessariamente o combate contra todas as formas de opressão.

Não deixe de adquirir seu exemplar e ajude em nosso combate!

Internacional

Biden anuncia acordo contra a China

Aliança estratégica militar com Austrália e Reino Unido

Biden está colocando em prática o que disse quando da retirada dos EUA do Afeganistão: concentrar-se sobre a China. É o que significa o anúncio feito por ele da constituição de uma aliança estratégica entre os EUA, Austrália e Reino Unido (Aukus) em 18 de setembro, quando também informou que os EUA forneceriam à Austrália submarinos nucleares capazes de atingir rapidamente águas chinesas.

O Primeiro ministro australiano confirmou esse acordo e disse que, em função do mesmo, estava rompido o contrato de 52 bilhões de euros firmado com a França em 2016 para a compra de submarinos convencionais.

O que provocou clamores na França denunciando a atitude traidora dos EUA e da Austrália, “uma punhalada nas costas”, como disse Le Drian, ministro das relações exteriores, chamando os embaixadores franceses nos dois países para consultas em Paris.

Do episódio ressaltam-se duas coisas: os EUA, obrigando a ruptura do contrato da Austrália com a França para os submarinos, ocupam o mercado; por outro lado, ao descartar a França desse acordo estratégico, os EUA indicam claramente o lugar que ela terá na região, apesar da presença de colônias francesas na mesma.

Reação da China

A China, evidentemente, protestou vigorosamente, ameaçando essa aliança e a qualificando de uma operação de guerra. Também sublinhou que é a primeira vez que uma potência nuclear fornece submarinos dessa categoria a uma potência que não é nuclear. O governo chinês denunciou assim uma situação que pode multiplicar-se em diferentes países, o fornecimento de artefatos militares nucleares pelos EUA.

Após a retirada do Afeganistão, os EUA estão obrigados de jogar toda a força para enfrentar a concorrência à qual são submetidos os seus monopólios num mercado mundial saturado e para se dar os meios para a competição com a China.

A França, como os demais velhos países imperialistas de segunda ordem, está agora prevenida de que a política dos EUA é privilegiar, antes e sobre qualquer outra coisa, a defesa de seus próprios interesses.

Lucien Gauthier